

Modos de organização do texto

Wagner Luiz Ferreira Lima*
Prof. Dr. em Língua Portuguesa (UERJ)

Taís de Cássia Badaró Alves*
Doutoranda pelo Programa de Sociologia Política da UENF; Mestre em História pela Universidade Severino Sombra(USS); Especialista em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (FFC); Professora de Ciência Política e Teoria do Estado da UNIG-Campus V. taisbadaro@yahoo.com.br

Resumo

O texto em tela objetiva socializar aos estudos sobre a textualidade o conceito de modos de organização do discurso desenvolvido por Patrick Charaudeau, que, por ser de natureza macroestrutural, fica melhor denominado como modos de organização do texto. Dentre os modos narrativo, descritivo, dissertativo e injuntivo, o de maior aplicabilidade no âmbito da comunicação jurídica é o argumentativo, justamente por desvelar que a argumentatividade é inerente à própria língua.

Palavras-chave: linguagem; modos de organização do discurso/do texto; argumentatividade.

Abstract

The text aims to socialize screen textuality studies on the concept of organizational modes of discourse developed by Patrick Charaudeau, which, being of macro-structural nature, is best termed as text organization modes. Among the narrative, descriptive, argumentative and injunctive ways, the more applicable within the legal communication is argumentative, just by unveiling the argumentativity is inherent in the language.

Keywords: Language. Organization modes of speech / text. Argumentativity.

1 Introdução

No estudo em apreço são discutidos os modos de organização do discurso ou do texto como nova proposta, não em nível de tipologia, como também de aplicabilidade aos estudos da textualidade, sobretudo na área das ciências jurídicas, em decorrência de desencadear a argumentatividade latente no discurso.

2 Considerações Epistemológicas

A expressão modos de organização do discurso assim foi definida por seu idealizador:

[...] conjunto dos procedimentos de colocação em cena do ato de comunicação, que correspondem a algumas finalidades (descrever, narrar, argumentar...). Trata-se [...] de distinguir as operações linguageiras que são postas em funcionamento em cada um dos níveis de competência: o nível situacional de reconhecimento das coerções psico-sócio-discursivas da

situação de comunicação; o nível discursivo dos modos de organização do discurso; o nível semiolinguístico da composição textual. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 338-339).

Nos modos de organização do discurso, embora não sejam ignorados os níveis discursivos e situacionais, os procedimentos são muito mais de ordem intratextual do que extratextual. Dito de outra maneira, a definição do modo textual resulta da forma de estruturar o texto, e não necessariamente das condições em que ele foi concebido.

Por essa razão, de acordo com estudiosos do tema, dever-se-iam empregar modos de organização do texto, em lugar de modos de organização do discurso. Isso reforça a preponderância do nível semiolinguístico, aqui entendido como competência (gramatical, lexical e textual), em relação ao nível do discurso e da situação.

Esses modos de organização do texto possuem componentes estruturais que os definem como tais. Dessa forma, do ponto de vista linguístico, podemos afirmar que um texto é narrativo e o outro é descritivo em função do conjunto de suas características formais.

Nesse sentido, Charaudeau (1992) valorizou a estrutura e a padronizou, sem levar em consideração peculiaridades dos gêneros. Assim, entre modos de organização, gêneros textuais e subgêneros existe uma relação de continência cuja disposição se processa decrescentemente.

Seguindo a linha de raciocínio de Charaudeau, logo sentiremos necessidade de buscar uma explicação para não confundirmos modos de organização com tipos de textos, conforme esclarece Oliveira (2003, p. 42):

A noção de tipo de texto [...] é inseparável da de situação comunicativa, dependendo, portanto, de aspectos extratextuais, ao passo que a de modos de organização do discurso é intratextual, o que não significa que não haja correlação entre cada um desses modos e determinadas circunstâncias comunicativas propensas a fazê-lo aparecer. O que cada um deles tem de essencial e típico, no entanto, são traços de natureza intratextual.

Dessa forma, quando consideramos que um texto é literário, estamos fazendo referência a seu tipo, e não a seu modo, pois, para chegarmos a essa conclusão observando suas finalidades e circunstâncias. Talvez seja por conta de tamanha instabilidade que os estudos mais recentes estejam preferindo empregar a denominação tipo de discurso em vez de tipos de textos, sob duas significações restritivas:

- 1) nivela tipo de discurso e gênero de discurso situando-os como produções verbais presentes na sociedade (envolvendo papéis, canal etc.);
- 2) os tipos de discursos correspondem a modos fundamentais de estruturação de textos de acordo com a necessidade da comunicação: o discurso narrativo, a narrativa interativa, o discurso teórico e a narração são, ao mesmo tempo, tipos linguísticos e arquétipos psicológicos. Esse teórico, fundamentado em três critérios, aponta nove tipos de discurso: semântico-referencial (narrativo, descritivo, expositivo), enunciativo (intervenção, discurso escrito, realizações orais ou escritas) e pragmático (injuntivo, explicativo, argumentativo).

Esse critério dialoga com uma das problemáticas da enunciação – a modalização– “[...] atitude do sujeito falante [sentido genérico] em relação a seu próprio enunciado, atitude que deixa a seu próprio enunciado, atitude que deixa marcas de diversos tipos (morfemas, prosódias, mímicas...) [...]”. Ela pode ser explicitada por marcas particulares, ou manter-se no implícito do discurso, embora esteja sempre presente, indicando a atitude do sujeito falante frente a seu interlocutor, a si mesmo e a seu próprio enunciado. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 336-337).

No que tange às tipologias, Fávero e Koch (1987) fazem a seguinte observação:

O próprio fato de terem frutificado as tentativas de tipificação evidencia a necessidade dela. As tipologias existentes, porém, ora tomam por base critérios derivados da retórica, da sociolinguística, ou puramente funcionais; o modo de enunciação, ora as características formais e estruturais. Faltam, portanto, critérios abrangentes que se mostrem adequados à descrição global dos diversos tipos de textos [...].

Não restam dúvidas de que os dizeres das autoras apoiam-se na Linguística Textual, entretanto ainda não constatamos haver uma tipologia do discurso articulada com suas respectivas condições de produção.

Vemos, entretanto, que elas acertam consideravelmente ao reconhecerem, na época, a pouca eficiência dos estudos no tocante ao exame das tipologias textuais, as quais se diferem das tipologias do discurso “pelos objetivos específicos de análise que se pretende empreender”.

No estudo sobre as tipologias dos textos, os esquemas conceituais e/ou cognitivos, as características formais e convencionais e os meios linguísticos utilizáveis em dada enunciação estão inseridos no domínio da linguagem.

Nas tipologias dos discursos, por outro lado, a julgar pelo próprio termo, “do discurso”, são mais abrangentes, sendo consideradas como um dos componentes da competência comunicativa, fundamentadas em critérios diversos, como “grau de generalidade dos critérios, lugar social de pertinência da tipologia, nível discursivo apreendido [...]”. (CHARAUDEAU, 1997).

Houve coincidência entre parte significativa da matriz teórica, mas, apesar disso, apareceram discordâncias quanto aos resultados obtidos. Devemos considerar que existe um rasgo de quase três décadas separando as considerações de Fávero e Koch (1987) das de Charaudeau e Maingueneau (2004). Sendo assim, os estudos da primeira dupla, adepta da nomenclatura Tipologias Textuais (doravante TT), estão muito mais presos à Linguística do Texto do que à Análise do Discurso.

Para compreendermos a distinção entre as perspectivas, precisamos entender que Fávero e Koch, da mesma forma que Costa Val (1999, p.3), estão considerando o texto ou o discurso “como ocorrência linguística falada ou escrita [...] dotada da unidade sociocomunicativa, semântica e formal”.

Em TT, as autoras citam as tipologias que são construídas a partir de marcas linguísticas de superfície, as quais, em decorrência de suas características, assemelham-se com as tipologias enunciativas de TD: o ponto em comum é a opção teórica pelas teses de Benveniste, ficando a primeira mais centrada nas escolhas linguísticas do locutor durante a atitude comunicativa, e a segunda com direcionamento para o trinômio: interlocutores – momento – lugar de interação.

A oposição entre verificabilidade e não-verificabilidade serve de parâmetro para a geração de textos ficcionais e factuais em TT. Ideia semelhante aparece em TD, cujas tipologias situacionais, com foco na atividade social, servem de inspiração para os chamados gêneros institucionalizados e efetivos, produzidos em função dos vários estatutos dos participantes da atividade languageira.

No último par, em TT, os processos cognitivos peculiares a cada tipo são apresentados como atos de locução desenvolvidos para situação e finalidade específicas, que é o caso dos cinco tipos textuais apontados por Werlich (1975) descritivo, narrativo, expositivo, argumentativo e instrutivo; já em TD, surgem as tipologias homogêneas (de base abstrata, adotam procedimentos cognitivos para distinguir os tipos fundamentais), heterogêneas (misturam critérios classificatórios distintos) e as intermediárias (embora recorram a critérios heterogêneos, organiza os elementos de forma classificatória).

Apesar de Fávero e Koch não terem demonstrado preocupação excessiva com a criação de terminologias, conseguem decerto prestar um auxílio junto ao estudo de tipologia textual, ainda mais quando na referida síntese (exposta no quadro anterior) propõem critérios para o estabelecimento das tipologias, quais sejam: dimensão pragmática – refere-se aos macroatos de fala (VAN DIJK, 1978); dimensão esquemática global – faz alusão aos modelos cognitivos ou formais adquiridos pelo veio da cultura (cf. superestrutura s, de Van Dijk); dimensão linguística de superfície– marcas (sintáticas / semânticas) que facilitam ao alocutário compreender e interagir com o texto.

Charaudeau (1992) aponta que existem quatro modos de organização (narrativo, descritivo, argumentativo e enunciativo). Essa divisão rompeu com o paradigma reinante até meados da década de 70, em cuja época a tipologia textual era estruturada em torno de narração, descrição e dissertação (expositiva e argumentativa).

A diferença entre o modelo tradicional e a proposta de Charaudeau suscita algumas reflexões:

- narração e descrição aparecem em ambos os casos; a dissertação, que nos modelos convencionais aparece bifurcada em expositiva e argumentativa, nem sequer é mencionada como modo argumentativo nos estudos de Charaudeau;
- também, nos trabalhos dos anos 70, não é mencionado o modo enunciativo com o propósito de gerir os demais modos (ou tipos, de acordo com a terminologia da época). Marcuschi (2003) defende que, além de narrativo, descritivo, argumentativo e enunciativo, ainda podem ser inseridos o injuntivo e o expositivo.

Embora tenha havido tanta preocupação em aprofundar conhecimentos acerca de texto, como é o caso também de Weinrich (1968) ao descrever os processos cognitivos que regem cada tipo de texto, mais de três décadas passadas, ainda é difícil encontrarmos voz de consenso entre os pesquisadores.

Enquanto as tipologias textuais podem ser identificadas, segundo Fávero e Koch (1987), a partir das dimensões pragmática, esquemática global e linguística de superfície, os modos de organização, por serem de natureza intratextual, podem ser classificados de acordo com a formalização do texto. O conceito de tipologia textual, com base nas dimensões, não é suficiente para a indicação do tipo de texto, pois há marcas, especialmente em termos de linguística de superfície, que são comuns entre dois ou mais tipos.

Isso dificilmente ocorrerá com os modos de organização, em virtude de possuírem geralmente uma rígida estrutura interna, passando do emprego do léxico à construção gramatical, até atingir o nível de estruturação específico de cada modo de organização textual. Não estamos afirmando que o conceito de tipologia textual é caótico nem que inexistem entre os adeptos dos modos de organização pontos de discordância.

No primeiro caso, uma característica universalizante entre as tipologias diz respeito muito mais à dimensão esquemática global (modelos cognitivos adquiridos culturalmente), resultando em superestruturas mais ajustáveis às situações comunicativas do que aos macroatos de fala que o sujeito falante realiza.

No segundo caso, mesmo correspondendo a pouquíssimas categorias da cognição humana, há entre os modos pelo menos um ponto em comum: “em maior ou em menor grau, todo texto é argumentativo” (DUCROT; ANSCROMBRE, 1989). Além desse ponto de afinidade entre os modos, pesa ainda o fato de dificilmente existir um texto no qual ocorra somente um modo de organização.

Nesse sentido, é mais prudente adotarmos a noção de predominância, a qual, para Oliveira (2004), pode ser quantitativa (modo de organização que predomina em maior número de linhas) ou qualitativa (o modo de organização é definido de acordo com a finalidade da produção)²².

Tal raciocínio nos conduz a pensar o seguinte: quando na forma do texto predomina um modo X em vez de o modo Y, ou faltaram conhecimentos linguísticos ao sujeito comunicante acerca da estrutura do modo X, ou porque estruturar X com formato de Y foi astúcia desse sujeito.

Weinrich (1968) optou por correlacionar tempos verbais com tipos de textos: pretérito perfeito – narrativo; pretérito imperfeito – descritivo; presente – dissertativo (expositivo e argumentativo) e imperativo – instrutivo (hoje, injuntivo). Lembramos, porém, que essa temporalidade pode sofrer alterações em se tratando de desvio estilístico, como é o caso do presente com valor de pretérito cujo emprego visa a presentificar o fato real ou imaginário contado num dado texto narrativo.

É possível que essa concepção de Weinrich tenha influenciado Adam (1987), ao postular que os textos são constituídos de vários tipos de sequências textuais, não necessariamente coincidentes com o espaço da oração, do período ou da frase, mas identificadas e classificadas, principalmente, pelos tempos verbais.

Weinrich e Adam ratificam a tese de predominância quantitativa. Suas teorias, inseridas num inegável movimento de complementaridade, devem ter servido de fonte de inspiração para que Charaudeau formulasse a matriz terminológica e conceitual dos modos de organização do discurso.

Fávero e Koch (1987) asseveram que existe aí uma asserção de enunciados de estado acerca do mundo narrado ou mundo comentado em situações comunicativas, numa dada ordenação espaço-temporal. Nesses casos, contém apresentação de qualidades, verbos indicadores de estado, situação, propriedades, atitudes, parataxe, tempos verbais: presente (comentários) e pretérito imperfeito (relato) etc. na concepção das autoras, o texto descritivo promove a atualização das características de personagens e dos espaços, por isso é sempre processual e nunca um produto pronto e acabado.

Salientamos que a descrição, vista como tipologia textual ou como modo de organização, não comporta nenhuma linearidade intrínseca, ou seja, diferentemente da narração, que se situa num eixo de progressividade. Ela (a descrição) está ancorada na simultaneidade, necessitando, portanto, de texto (ou composição macrotextual de sentido e de marcas específicas, a fim de assegurar sua legibilidade e sua interpretação).

Se na descrição ocorre uma asserção de estado, em sequências e textos narrativos há predomínio da ação numa sucessão temporal e causal de eventos por meio de marcas temporais alusivas ao mundo narrado, por intermédio dos circunstanciadores da narração (“o quê?”, “onde?”, “como?”, “quem?” etc.).

As narrações dependem, portanto, das marcas linguísticas, principalmente dos tempos verbais, tendo em vista a necessidade estrutural de demarcar, com considerável nitidez, anterioridade e posterioridade, interligadas cronologicamente pelos dêiticos que expressam a noção de agora, tempo real. Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 342) acrescentam que

As teorias narratológicas sofrem, do ponto de vista da análise do discurso, de dois defeitos: elas são ou muito exclusivamente literárias [...] ou muito gerais [...]. A análise de discurso precisa de uma definição desvincilhada do privilégio implícito que hipostasia a narrativa ficcional em narrativa por excelência [...]; ela determina igualmente necessidade de uma definição muito fina para não confundir uma receita de cozinha com uma fábula e para distinguir os momentos narrativos de um discurso de seus momentos explicativos ou descritivos.

É preciso abolir concepções generalizantes acerca do texto narrativo, para que não se cultive a ideia de que toda narrativa é literária, ou então deque todo discurso

torna-se narrativo. A esse respeito, Adam (1987) esclarece-nos que a condição *sine qua non* para que uma narrativa ganhe condição de existência é a sucessão temporal de ações (perseguição de metas).

Fávero e Koch (1987) elucidam que diferente do que ocorre com as categorias da descrição (“denominação, definição, expansão ou divisão”), voltadas para realçar os componentes objetivos ou subjetivos do ser descrito, a narrativa permite “orientação, complicação, ação ou avaliação, resolução, moral ou estado final” dos personagens. Essas categorias passam a surgir a partir do momento em que “a elaboração da intriga estrutura e dê sentido a essa sucessão de ações e de eventos no tempo” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 342).

No que tange aos espaços ocupados pelo texto expositivo e/ou argumentativo, a escolha da opção teórica que tomarmos como referência determinará nossa relação com as práticas de produção e recepção de texto. A título de ponderação, esses modos de organização quase sempre aparecem, na escola tradicional, ora sob o rótulo de dissertação, ora dissertação (correspondendo ao modo expositivo) e argumentação (modo argumentativo).

O texto expositivo parte da asserção de conceitos com a atitude de “fazer saber” por meio de representações conceituais sem gerar comprometimentos do sujeito comunicante em relação ao conteúdo da mensagem que transmite. Outro aspecto relevante sobre os modos expositivo e argumentativo, segundo Fávero e Koch (1987), é o conjunto de categorias que eles possibilitam: o texto expositivo, produto de ordenação lógica, conceberá três movimentos: generalização – especificação (via dedutiva); especificação – generalização (via indutiva); generalização – especificação-generalização (via dedutivo-indutiva). O texto argumentativo, em linhas gerais, contém as seguintes categorias: “(tese anterior) premissas-argumentos-(contra-argumentos)-síntese-conclusão (nova tese).

No modo expositivo, o que mais é levado em conta é o exercício de aprender a pensar por meio de proposições (geralmente sob a forma de hipotaxe) interligadas por conectores lógicos e tempos verbais que tragam à boca de cena o mundo comentado. No modo argumentativo, os operadores, os modalizadores, os verbos introdutórios de opinião etc. são utilizados como estratégias que visam a formar a opinião do leitor sensibilizando-o a aderir à tese explicitada no texto.

Na produção expositiva, a ordenação das ideias está condicionada não só aos fatos em si mesmos, mas também à relevância que eles têm para levarem o suposto

leitor às conclusões pretendidas. Para atuar nessa direção, é de suma importância que o produtor coloque em execução um método: “em linguagem vulgar [...] é a melhor maneira de fazer as coisas. [...] Etimologicamente, método (meta= através de, -odos = caminho) é o caminho através do qual se chega a um fim ou a um objetivo” (GARCIA, 2004, p. 305-306).

Essa metodologia pode dar-se tanto pela indução quanto pela dedução e até pelos dois métodos, num dado texto expositivo. Para o mesmo autor, “indução é o processo mental pelo qual busca a verdade partindo de dados particulares conhecidos para princípios de ordem geral desconhecidos; parte do efeito para a causa; é um raciocínio a posteriori” (Op. cit., p. 307).

A dedução segue outro direcionamento, aliás, inverso, pois não parte de fatos particulares para a busca de generalização, ou seja, “caminhamos [do sentido] geral para o particular, da generalização para a especificação, do desconhecido para o conhecido. É método a priori: da causa para o efeito”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 309).

Quanto ao modo enunciativo, sabemos que sua função é metadiscursiva, não havendo, portanto, predominância quantitativa desse em certo texto. Tal modo de organização facilita a marcação dos sujeitos, bem como o reconhecimento de sua identidade e de suas relações no discurso. A referência ao mundo ocorre na medida em que os sujeitos ou personagens estão se movimentando no interior da situação de enunciação.

Num sentido mais restrito, o modo e/ou a sequência enunciativa faz alusão ao “conjunto de operações constitutivas de um enunciado. (Ibidem, p.193). Melhor dizendo, referem-se ao conjunto de atos que o sujeito falante efetua para construir, no enunciado, um conjunto de representações comunicáveis”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.194).

Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 195) ainda destacam dois níveis que atuam durante a interação enunciativa: o nível local (que permite demonstrar linguisticamente os posicionamentos que caracterizam os gêneros de discurso) e o nível global (que corresponde a todo o contexto em torno do qual o discurso é engendrado). A formação ideológica pode ser identificada por um leitor maduro que saiba interpretar essas marcas linguísticas.

Em relação ao modo injuntivo, de acordo com Fávero e Koch (1987), consiste em orientar a prescrição de comportamentos que pertencem à ordenação a ser seguida

numa sequência de ações, ou ainda ao direcionamento apelativo feito geralmente em períodos simples com imperativos. Além do modo verbal mencionado, pode ocorrer ainda no infinitivo e no futuro do presente.

Outras marcas linguísticas que indicam a presença do injuntivo são: vocativo; verbos performativos; parataxe e outros nexos que articulem o encadeamento sequencial. Incluímos, também, de acordo com Cunha e Cintra (1985), formas equivalentes do imperativo: infinitivo; presente do subjuntivo + se; formas verbais atualizadas pelo pronome “você” indeterminador do agente; presente do indicativo + se e imperativo + se são equivalentes semânticos do imperativo. Isso nos leva a concluir que essas estruturas podem funcionar como argumento.

Além da inclusão do injuntivo no elenco dos modos de organização do texto, Fávero e Koch (1987) apontam o tipo preditivo, que é um macroato referente a uma asserção sobre o futuro, em cuja atitude comunicativa se predizem ações, comportamentos ou procedimentos possíveis de ocorrer.

São exemplos de textos preditivos os gêneros horóscopo, profecias, boletins meteorológicos e outros que possuam superestrutura preditiva gerando marcas de futuridade, quais sejam: tempos verbais com intenção perspectiva [sobretudo o futuro do pretérito], parataxe; estruturas nominalizadoras; ausência de conectores; adjetivação abundante.

Para encerrar este subitem, citaremos a observação de Fávero e Koch (Ibidem), mostrando que “a argumentatividade é inerente à língua” e, conseqüentemente, aos modos de organização textual (ou tipologias textuais, como preferem as autoras).

Ressalte-se, finalmente, que a tipologia argumentativa está presente em todos os tipos [modo de organização], de modo mais ou menos intenso, mais ou menos explícito. Num continuum argumentativo, podem-se localizar textos dotados de maior ou de menor argumentatividade, a qual, porém, não é jamais inexistente: a narrativa é feita a partir de um ponto de vista; na descrição, selecionam-se os aspectos a serem apresentados de acordo com os objetivos que se têm em mente; a exposição de ideia, envolve tomadas de posição (nunca se tem a coisa em si, mas como ela é vista por alguém) e assim por diante.

Pelo exposto, procederemos a um estudo mais detalhado da argumentação e, por conseguinte, do modo argumentativo.

2.1 O modo argumentativo de organização do texto

O relacionamento dos seres humanos, do mais simples ao mais complexo, do mais pobre ao mais rico, do menos instruído ao bem informado, é basicamente mediatizado por meio de símbolos. Seja a cultura gráfica, ágrafa ou ideográfica, em todo agrupamento humano, há uma maneira especial de transmitir as experiências.

No que concerne à interação social, se observado o comportamento linguístico dos seres humanos, verificaremos que interagem por intermédio da língua utilizando-a em franco processo de argumentatividade. Em sendo detentor de razão e vontade, o homem emite juízos de valor em todo momento, motivo pelo qual o ato de argumentar jamais pode ser dissociado de uma ideologia, mesmo em casos cujo discurso camufla-se de ingênuo. Sobre isso, Koch (2000, p. 19) faz a seguinte observação:

[...] por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade– [o homem] tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.

O entendimento da citação supracitada inevitavelmente conduz-nos à reflexão acerca do poder das formações ideológicas durante o ato comunicativo. Embora saibamos que todo texto carrega em si certo teor de ideologia, é, sem dúvida, nos textos argumentativos e expositivos que ela pode ser encontrada com mais nitidez.

No modo expositivo, por haver um envolvimento afetivo menor do produtor em relação às ideias que apresenta, a preocupação do argumentador gira em torno da lógica. E é com essa lógica que conduz os aspectos explicitados sobre um dado tema. Isso, entretanto, não ocorre no modo argumentativo, em cuja produção o objetivo é discutir um assunto visando a convencer e persuadir seu interlocutor.

Sobre a argumentação, Abreu (2004, p. 26) elucida que “argumentar é, pois, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça”.

A arte de argumentar é uma necessidade que se manifesta desde a mais tenra idade e acompanha nossa vida em todos os momentos. Basta observarmos, por exemplo, uma criança de aproximadamente três anos de idade no momento em que receber uma

justificativa sobre algo que não deve fazer, e logo verificaremos que, na primeira oportunidade que tiver, ela não hesitará em querer saber o porquê da proibição. Trata-se, pois, de uma das fórmulas básicas do modo argumentativo, constituída de T+ porque A (esclarecendo: tese + argumento).

Nessa fase de desenvolvimento da linguagem, os conectivos (sobretudo as conjunções) e os lugares por eles criados constituem uma estrutura cuja apreensão pela criança é evidente no período de três a cinco anos. De três a seis anos, destacam-se os períodos compostos por coordenação. A aparição de orações coordenadas mais complexas e de períodos subordinados ocorrerá a partir dos sete anos de idade.

Em face de tal constatação, os conectivos, principalmente conjunções e/ou locuções afins, instauram no texto um ambiente semântico propício à coerência textual. Fica claro, dessa forma, que o fato de selecionar alguns elementos já implica a importância e a pertinência deles no discurso. E o ato de interpretar tem a ver com essa escolha, consciente ou inconsciente, dos modos de significação por meio desses articuladores textuais.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 50), “o objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento”. Assim, o argumentador precisa aumentar essa adesão, de forma que desperte no outro a ação pretendida (ação positiva ou negativa) ou, pelo menos, crie neles a disposição para a ação de atar os elos para tornar o discurso coerente.

As estratégias discursivas permitem ao argumentador obter o chamado acordo do auditório universal, o que significa, em termos práticos, ser capaz argumentar entre lugares-comuns (ou *topoi*, [cf. DUCROT (1989)], em “Argumentação e ‘Topoi’ Argumentativos”) e lugares-específicos. O primeiro refere-se ao conjunto de argumentos de conhecimento público, e o segundo diz respeito aos argumentos relativos a certa área do conhecimento. Portanto, a seleção de alguns elementos em detrimento de outros implica sua indispensabilidade na argumentação.

Complementando o exposto, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 32) ressaltam:

A argumentação visa a provocar ou incrementar a “adesão dos espíritos” às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão. Enquanto o ato de convencer se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir um “auditório universal”, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal (as conclusões decorrem naturalmente das premissas,

como ocorre no raciocínio matemático). O ato de persuadir, por sua vez, procura atingir a vontade, a o sentimento do (s) interlocutor (es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um “auditório particular”: o primeiro conduz a certezas, ao passo que o segundo leva a inferências que podem levar esse auditório – ou parte dele – à adesão dos argumentos apresentados.

Dessa forma, podemos entender que persuadir é convencer o outro, mas a recíproca não é verdadeira. “Convencer é o mesmo que gerenciar ideias, fazer alguém pensar como nós; persuadir implica ação, levar alguém a fazer algo, fazer alguém agir como desejamos”. Abreu (2004, p. 25) complementa:

Argumentar é a arte de convencer e persuadir. Convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa vencer junto com o outro (com + vencer) e não contra o outro. Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição per, “por meio de” e a Suada, deusa romana da persuasão. Significa “falar algo por meio do auxílio divino”. Mas em que convencer se diferencia de persuadir? Convencer é construir algo no campo das ideias. [...]. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir. [...].

Angelim (1996, p.7) assevera outro aspecto que deve ser repensado a respeito do texto argumentativo:

Na estruturação do discurso persuasivo usam-se relações lógicas. Cumpre distinguir inicialmente o que caracteriza as relações lógicas do ponto de vista linguístico, e, a seguir, a distinção tema e objetivo, e, em especial, a consequente caracterização do segundo nos será útil na condução às estratégias básicas do discurso argumentativo persuasivo.

Além de ter de estar preocupado com o tema e o objetivo, para o escrevente (vestibulando, no caso) torna-se imperativo que tome conhecimento do chamado argumento de autoridade (quem diz?; de onde diz?; para quem diz?; por que diz?; quando diz?; como diz? etc.). Além desse, há argumentos de reciprocidade, de transitividade, de comparação, bem como argumentação pelo sacrifício, por pragmatismo, do desperdício, da direção, da superação, pelo exemplo, entre outros. (Os argumentos aparecem explicados na análise do corpus, razão pela qual foram apenas citados) 29.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) ainda salientam que na argumentação algumas características gerais devem ser levadas em conta, a saber: contradição e (in) compatibilidade; o ridículo e seu papel; identidade e definição; analiticidade (análise e

tautologias); reciprocidade e transitividade; modelo e antimodelo; parte-todo e todo-parte; argumentos de comparação; argumentação pelo sacrifício; probabilidade e vínculos de sucessão (causal, pragmática e por finalidade); relação ato-pessoa; ligações de coexistência etc.

As práticas de produção e recepção de textos argumentativos carecem de um sujeito penetre no núcleo *hard* e acesse a periferia *light* com certa destreza (fazer simbiose entre conhecimentos intralinguísticos e conhecimentos de mundo). Sobre isso, Pauliukonis (1996, p.39), no artigo intitulado de “Comparação e argumentação: duas noções complementares”, faz uma observação preponderante: “[...] os elementos linguísticos não apenas transmitem informações sobre a realidade, mas funcionam sobretudo como instrumentos de pressão persuasiva do sujeito/comunicante sobre o receptor/sujeito interpretante [...]”.

A arte de argumentar é complexa porque conduz o produtor e seu interlocutor ao contato com os lugares da argumentação, consoante Abreu (2004, p. 81-92):

- lugar de quantidade (ligado a razões quantitativas);
- lugar de qualidade (valorização do que é raro);
- lugar de ordem (baseado na valorização de elementos a partir da ordem em que estão dispostos);
- lugar de essência (busca do valor das coisas em sua essência);
- lugar de pessoa (atribuição de superioridade às pessoas);
- lugar do existente (valorização do existente em detrimento do não existente). É, portanto, da índole desse modo de organização textual suscitar nos indivíduos o desejo de avaliar, julgar, criticar, enfim, emitir juízos de valor.

Durante a investigação em torno do texto redacional, buscaremos uma relação que ocorrerá ciclicamente entre língua, sujeitos e discurso. Nessa linha de raciocínio, a redação argumentativa vai passar pelo que Charaudeau (1992, p. 638) denomina papéis dos sujeitos na comunicação.

A utilidade da terminologia está no fato de compreendermos que a partir dela há duas pessoas que enviam a mensagem: uma do mundo real (sujeito comunicante) e outra que encena um discurso fazendo a *mise en scène* (sujeito enunciador). Por outro lado, há duas que recebem o texto: a primeira (sujeito destinatário) corresponde a um perfil traçado por quem envia o texto, e a segunda (sujeito interpretante) encarrega-se de ser o receptor final, podendo aceitar, ou não, o que lhe foi enviado.

Durante o processo de realização da prova de vestibular, o candidato empenha-se em obter a adesão dos espíritos de um auditório (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 22), o que pressupõe condições psíquicas e sociais, bem como a existência de um contato intelectual. Os autores afirmam, inclusive, que o argumentador “tem que conceber o auditório presumido tão próximo quanto possível da realidade”.

A tarefa do argumentador é, portanto, encenar para seu auditório, a fim de conquistar sua confiança. Esse auditório é representado pelo examinador no plano físico, mas, no plano mental, pela imagem que o vestibulando fez acerca da ideologia do examinador, sem contar, é óbvio, que, embora esteja de algum modo fazendo uma encenação, ele (o argumentador) imprime suas marcas pessoais, sociais, culturais, entre outras.

A esta altura, cabe um relevante esclarecimento: para que o argumentador obtenha sucesso em seu projeto de comunicação, o sujeito comunicante deve conquistar seu público alvo experimentando o valor de seus próprios argumentos, bem como optar por “persuadir e convencer” ou “persuadir e não convencer”.

3 Conclusão

Quanto às condições de produção e interpretação, tratada por vários estudiosos renomados, é que nas aulas de redação ainda se têm mantido, segundo Costa Val (1999), “práticas que excludenciam uma leitura lógico-semântico-cognitiva subjacente”, o que dificulta o alcance da construção de sentido por parte do aluno.

Assim, para um discurso ser estruturado de maneira satisfatória, precisa harmonizar estruturas próprias da língua com elementos extralinguísticos, ou seja, o produtor deverá realizar os movimentos de retroação e avanço, de modo que o leitor não se perca ao fazer os movimentos cognitivo-discursivos necessários à construção dos efeitos de sentido que foram engendrados na tessitura.

No caso do profissional da área jurídica, por exemplo, esse tem de estabelecer cumplicidade por meio da língua com alguém que ele desconhece e que pode não se sentir seduzido por seu discurso. É nesse exato momento que as conjunções, aparentemente insignificantes, funcionam como elementos articuladores que precisam conectar os segmentos textuais para que as ideias neles contidas façam algum sentido. Nada impede que haja também sequências assindéticas, já que o que mais importa é fazer sentido para quem for ler.

Referências Bibliográficas

- DAM, Jean-Michel. *Types de séquences textuelles élémentaires. Pratiques*. Metz, 56: 54-78, dez. 1987.
- BARTHES, Roland et al. *Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- CHARAUDEAU, Patrick. *De la compétence social de comunicación a las competencias discursivas*. Revista Latinoamericana de Estudios Del Discurso. Caracas, 1(1): 7-22, ago.2001.
- . *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- . *Langage et discours : éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2000b.
- Condensado da NATIONS BUSINESS. “Fábula moderna da galinha carijó”. In: Seleções do Reader’s Digest. Washington, jul./1976.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *A interação pela linguagem*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- LISPECTOR, Clarice. “Tentação”. In: *A legião estrangeira*. São Paulo: Ática, 1977.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (Orgs.). *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt: TFM, 2000, p. 173-90.
- . *Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação*.
- [Inédito]**
- . *Lingüística do texto e descrição do português*. Rio de Janeiro, UFRJ/CEP, 2000.
- [Inédito]**
- OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- VERÍSSIMO, L. F. “O Dragão”. In: *Jornal O GLOBO*. Rio de Janeiro, 26/04/03.
- WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.